

IN 06 – 2015

(BG 113, 17/06/2015)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 6, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Normatiza o Procedimento de Apuração Preliminar de expedientes de natureza disciplinar no âmbito do COMOP/CBMDF.

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A presente Instrução Normativa trata da dinâmica a ser observada nos Procedimentos de Apuração Preliminar de expedientes de natureza disciplinar no âmbito do COMOP/CBMDF.

Art. 2º. A Apuração Preliminar (AP) tem por finalidade a obtenção de informações ou a produção preliminar de indícios de prova com vistas a subsidiar a decisão da autoridade competente na tomada de decisão no que concerne a demandas do público externo, de representação ou documentos gerados por militar ou civil, ou ainda de fatos oriundos da mídia ou meios eletrônicos, capazes de possibilitar a instauração de procedimento administrativo disciplinar (Sindicância).

Art. 3º. A Apuração Preliminar (AP) constitui procedimento administrativo inquisitorial, padronizado por meio de formulário próprio e de observância obrigatória no âmbito do COMOP/CBMDF, destinado a apuração preliminar de fatos de pequena complexidade apuratória.

§ 1º Tratando-se de fatos de maior complexidade, a eventual apuração de forma inquisitorial deverá ser realizado na forma do que dispõe o Art. 6º da Portaria n.º 20/2001 - CBMDF.

§ 2º A Apuração Preliminar poderá ter como origem documentos anônimos e apócrifos que contenha notícia de prática de transgressão disciplinar, destinando-se neste caso a verificação da verossimilhança das informações prestadas.

Art. 4º. A AP não deverá ser instaurada quando a notícia do fato contiver indícios mínimos capazes de conceder justa causa à instauração de procedimento administrativo disciplinar (Sindicância), situação em que é dispensável pela sua própria natureza.

Art. 5º. No caso do parágrafo anterior, a notícia que contenha indícios de materialidade e autoria da conduta transgressora, sem prévia causa de absolvição ou justificação, deverá ser imediatamente remetido à ALJUD/COMOP para fins de abertura de Sindicância.

CAPITULO II

INSTAURAÇÃO

Art. 6º. Fica assegurada a competência para instauração da AP às seguintes autoridades:

I- Comandante Operacional;

II- Subcomandante Operacional;

III- Comandante Especializado;

IV- Comandantes de Área;

V- Chefe do EMOPE/COMOP;

VI- Chefe de Seções do COMOP;

VII- Chefe da ALJUD/COMOP;

VIII- Comandantes de Grupamentos Especializados e Multiemprego.

Parágrafo único - A competência tratada no caput é restrita às apurações de condutas praticadas por militares diretamente subordinados a cada autoridade elencada.

Art. 7º. A AP será instaurada mediante o endereçamento do formulário padronizado por parte da autoridade competente ao militar arrolado, contendo numeração própria, relato dos fatos imputados e cópia da documentação que constitui a notícia dos fatos.

Parágrafo único - A numeração da AP – Apuração Preliminar - será sequencial e coordenada pela ALJUD/COMOP, devendo a autoridade competente obter a numeração mediante contato prévio com esse setor.

CAPITULO III

INSTRUÇÃO

Art. 8º. O militar arrolado ao receber a notificação, através de sua ciência acostada ao formulário padronizado, terá o prazo de três dias úteis para apresentação de justificativa, que deve ser protocolado junto à Secretaria da Unidade .

§ 1º O Comandante do militar deverá extrair cópia do formulário com a ciência do arrolado, para fins de controle de prazo e comprovação de recebimento

§ 2º O militar arrolado deverá juntar ao formulário todos os documentos necessários ao esclarecimento dos fatos.

§ 3º Caso as razões de justificativa remetam para a necessidade da produção de provas que implique no aprofundamento das investigações, a documentação deverá ser remetida para a ALJUD/COMOP, para análise quanto à instauração de sindicância.

CAPITULO IV

DA DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Art. 9º. Recebida as justificativas apresentadas pelo militar arrolado a autoridade instauradora terá o prazo de dois dias úteis para decidir fundamentadamente pela presença ou não de indícios de prática de transgressão disciplinar.

§ 1º Entendendo não haver indícios mínimos de prática de transgressão disciplinar que justifiquem a instauração de sindicância a autoridade mandará arquivar o procedimento na unidade de origem, caso contrário deverá remeter o expediente à ALJUD/COMOP, para análise quanto à instauração de Sindicância.

§ 2º Evidenciando-se a presença de indícios de crime militar o feito deverá ser remetido a ALJUD/COMOP, para análise e remessa à Corregedoria do CBMDF.

Art. 10 A decisão da autoridade competente deverá ser comunicada ao militar arrolado.

CAPITULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Fica aprovado como anexo à presente Instrução Normativa o formulário padronizado destinado a apuração preliminar.

Art. 12. O presente ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.



CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
COMANDO OPERACIONAL



FORMULÁRIO DE APURAÇÃO PRELIMINAR

APURAÇÃO PRELIMINAR Nº /COMOP. (A numeração da AP- Apuração Preliminar será sequencial e coordenada pela ALJUD/COMOP.)

IDENTIFICAÇÃO DO MILITAR ARROLADO

Nome: _____

Posto ou
Graduação: _____

Matricula: _____

OBM: _____

RELATO DO FATO EM APURAÇÃO

(Mencionar o documento noticiador e juntar cópia ao formulário)

NOME, POSTO E MATRICULA DO COMANDANTE

CIENTE DO MILITAR ARROLADO

Declaro que tenho conhecimento de que me está sendo imputada a autoria dos atos acima e me foi concedido o prazo de três dias úteis, para, querendo, apresentar, por escrito, as minhas justificativas.

NOME, POSTO OU GRADUAÇÃO E MATRICULA

Data da cientificação

JUSTIFICATIVA

(O militar deverá juntar ao formulário os documentos necessários à comprovação de suas justificativas)

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue or grey ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.

NOME, POSTO OU GRADUAÇÃO E MATRÍCULA

(Caso não seja apresentada a defesa no prazo assinalado a documentação deverá ser remetida a ALJUD/COMOP para análise quanto à instauração de sindicância)

DECISÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

(Deve ser exarada no prazo de 02 dias úteis)

(A autoridade decidirá pelo arquivamento da apuração ou pela existência de indícios de transgressão e somente neste caso remeterá a apuração preliminar para a ALJUD/COMOP, com vistas à abertura de sindicância.)

[illegible]

NOME, POSTO OU GRADUAÇÃO E MATRÍCULA

Data da decisão